



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luiz Henrique da Silveira

RELATÓRIO Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 10, de 2014 (Mensagem nº 24, de 27 de fevereiro de 2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Eslovênia.

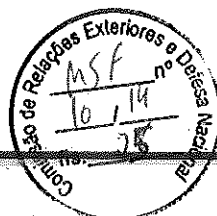
A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata designada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascida na capital do Estado do Rio de Janeiro, filha de Sylvio Gilaberte e Terezinha Godinho Gilaberte, ingressou na carreira diplomática em 1976. Já em Brasília, graduou-se em Direito em 1982.

Em 1995, concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Altos Estudos para Diplomatas, com a tese "Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos – Posição Brasileira: Evolução e Perspectivas".

Nomeada Terceira Secretária em 1977, a diplomata Katia Gilaberte foi promovida a Segunda Secretária em 1979, a Primeira Secretária em 1986; a Conselheira em 1992; a Ministra de Segunda Classe em 1997; e a Ministra de Primeira Classe, último nível da carreira de diplomata, em 2006.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Luiz Henrique da Silveira**

Todas as referidas promoções da Senhora Katia Gilaberte foram por merecimento.

Entre os cargos exercidos no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, cumpre destacar os seguintes: Assistente da Divisão da Organização dos Estados Americanos, Assistente do Departamento de Organismos Internacionais; Assessora e Chefe-substituta da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty; Chefe da Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento; Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos; e Chefe da Divisão do Mercosul.

Ainda em Brasília, a Senhora Katia Gilaberte também foi, em 1999, Assessora Especial do Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, e, entre 1999 e 2001, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No Exterior, a Senhora Kátia serviu, como Segunda Secretária e Primeira Secretária, na Embaixada em Tóquio e na antiga Embaixada em Bonn, à época capital da Alemanha ocidental; como Conselheira, na Embaixada em La Paz; e como Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios em Moscou, na Federação da Rússia.

Se esta Comissão houver por bem aceitar arguir a diplomata Kátia Gilaberte, esta será sua segunda sabatina no Senado Federal.

Em 2005, a Senhora Kátia Gilaberte foi aqui sabatinada e aprovada para exercer a função de Embaixadora do Brasil em Dacar, no Senegal. A partir do ano seguinte, 2006, a Embaixadora passou a exercer também cumulativamente a função de Embaixadora do Brasil em Gâmbia e em Madagascar.

De 2010 até a presente data, a Embaixadora Kátia Gilaberte tem exercido a função de Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas, no Reino da Bélgica.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Eslovênia, para onde a Embaixadora está sendo agora designada. Há perfis biográficos das principais autoridades do país, dados sobre política interna e externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A República da Eslovênia tem um território com área de 20.273 km² e sua população alcança pouco mais de 2 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto – PIB – nominal foi de cerca de US\$ 45.617 bilhões em 2012. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – de 2012, seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – foi de 0,892 naquele ano, ocupando a 21ª posição entre os 185 países analisados. O número de brasileiros com residência fixa na Eslovênia, que estão registrados junto ao Setor Consular da Embaixada em Liubliana, é de 74 pessoas.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luiz Henrique da Silveira

A Eslovênia foi a primeira das seis repúblicas da ex-Iugoslávia (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia) a se separar. Passado curto período de conflito, a chamada “Guerra dos Dez Dias”, em julho de 1991, durante os quais o Exército Popular Iugoslavo tentou evitar a secessão da Eslovênia, o país logrou manter sua plena integralidade territorial e a nação eslovena, após séculos sob o domínio dos Habsburgos e décadas sob o controle de Belgrado, finalmente alcançara sua almejada independência.

O processo democrático esloveno fora marcadamente estável, não tendo havido qualquer ruptura do regime parlamentarista estabelecido pela constituição do país, adotada em dezembro de 1991. Desde 2004, a Eslovênia passa a integrar a União Europeia, e, em 2007, torna-se o primeiro dos países do antigo bloco socialista a entrar para a Zona do Euro.

Ainda na década passada, a Eslovênia ingressou na OTAN e, em julho de 2010, ingressou na OCDE.

Em 2012, foram celebrados os vinte anos do reconhecimento, pelo Brasil, da independência da Eslovênia e do estabelecimento de relações diplomáticas com o país. A abertura da Embaixada do Brasil em Liubliana, em 2008, e da Embaixada da Eslovênia em Brasília, em 2010, garantiram novo dinamismo às relações bilaterais.

Exemplo disso, são as relações econômico-comerciais bilaterais, que, há dez anos, apresentavam volume total de 80 milhões de dólares, com saldo de 60 milhões favorável ao Brasil, e, em 2012, subiram a mais de 271 milhões, com saldo favorável para o Brasil de 164 milhões de dólares.

Com base no exposto, concluo que esta Comissão dispõe dos elementos suficientes para deliberar sobre a referida indicação presidencial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

